

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO NA PALESTINA E NO MÉDIO ORIENTE

2018 - 2023

Sumário

A Assembleia do MPPM realiza-se num momento em que o povo palestino enfrenta uma das mais violentas vagas repressivas dos últimos anos. Lançada em Março de 2022, pelo 36.º governo de Israel, presidido por Naftali Bennett e Yair Lapid e celebrado pela generalidade da comunicação social como centrista, prosseguida pelo 37.º governo, dirigido por Benjamin Netanyahu à cabeça de uma coligação dos partidos mais xenófobos e fascizantes do espectro político em Israel, a operação militar baptizada como *Break the Wave* fez de 2022 o ano mais mortífero na Cisjordânia desde 2005 – altura em que as Nações Unidas começaram a compilar de forma sistemática as vítimas da repressão de Israel nos territórios palestinos ocupados em 1967 – e ameaça ultrapassar, em 2023, esse registo macabro.

As acções criminosas do governo de Israel, assim como o avanço da colonização sionista, desenvolvem-se no mesmo quadro internacional de apatia e cumplicidade que há décadas legitima a limpeza étnica da Palestina iniciada em 1947. Um quadro que foi agravado pelas medidas tomadas pelos EUA durante a Administração Trump em relação à questão palestina e, no geral, sobre o Mediterrâneo Oriental, que a nova Administração não só não reverteu como tem continuado e intensificado. Os ataques frequentes de Israel contra a Síria e as ameaças ao Irão, assim como o prolongamento da guerra no Iémen, e as operações de desestabilização no Líbano fazem da região um território em contínua turbulência, palco de ingerências e ameaças externas e onde se multiplicam os perigos para a paz no mundo.

Nestas circunstâncias especialmente difíceis, pese embora o quadro internacional desfavorável, a luta heróica do povo palestino, pelo seu Estado e o reconhecimento dos seus direitos nacionais, desenvolve-se em todas as frentes, obtendo vitórias importantes, mesmo que, tantas vezes, com pesados sacrifícios e sob a ameaça permanente de uma nova vaga de expulsão maciça semelhante à que ocorreu em 1948. Acrescidas responsabilidades, a que urge dar resposta, estão colocadas ao movimento de solidariedade com a causa palestina.

1. Sobre a situação na Palestina e no Médio Oriente

1.1. O processo de colonização e limpeza étnica avança todos os dias

Desde a nosso último Relatório de Análise da Situação, publicado em 2018, a situação do povo palestino não cessou de agravar-se. O processo de colonização e limpeza étnica avança todos os dias. Existem hoje 144 colonatos na Cisjordânia e 12 em Jerusalém Oriental. A que crescem cerca de 100 assentamentos chamados “postos avançados”, promovidos pelos grupos sionistas mais extremistas e que, cedo ou tarde, acabam por ser legalizados pela autoridade do Estado de Israel. Nos últimos dias, Israel anunciou um plano para a legalização de nove desses “postos avançados” e a construção de mais dez mil unidades habitacionais nos colonatos já aprovados. Ainda que este seja o maior aumento já anunciado, não se ficam

por aqui as intenções do governo de Israel, existindo projectos que apontam para a legalização de 77 “postos avançados” e a construção de mais de 14 mil habitações. Na prática, com a legalização destes assentamentos são criados 10 novos colonatos, atravessando terras de propriedade palestina e onde hoje já estão construídas 355 habitações. Uma parte desses novos colonatos situam-se em áreas relativamente isoladas em relação a colonatos já existentes, o que, a prazo, justificará o confisco de mais território palestino para a construção de infra-estruturas de serviço, defesa e acesso. Um dos postos agora legalizados, Mitzpe Yehuda, situa-se entre os colonatos de Gush Etzion e Maale Adumim, uma zona crítica associada à chamada Área E1, cujo plano visa criar uma cintura de colonatos que isolem Jerusalém Oriental da Cisjordânia, aprofundando, ao mesmo tempo, a divisão da Cisjordânia em duas áreas distintas. No total, vivem em toda a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, cerca de 700 mil colonos.

O crescimento dos colonatos é acompanhado pela construção de vias de comunicação segregadas – onde apenas circulam colonos – com largas zonas de exclusão e demais infra-estruturas, como redes de abastecimento de água e energia, integrando os colonatos com o território ocupado pelo Estado de Israel.

1.2. Uma multiplicidade de estruturas condiciona a mobilidade dos Palestinos

A colonização sionista do território palestino é indissociável da malha de postos de controlo instalados pelo exército de Israel que impedem a circulação diária dos palestinos que demandam um emprego, a escola ou até cuidados médicos de urgência. A organização israelita de direitos humanos B'tselem contabiliza na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e na Faixa de Gaza, 176 postos de controlo fixos, a que haverá que somar várias dezenas de postos móveis.

Ainda que mais visíveis, os postos de controlo militar do exército israelita são, ainda assim, uma parte apenas da multiplicidade das estruturas que e–condicionam a mobilidade da população palestina no território de 1967. Num estudo de 2018, as Nações Unidas identificavam mais de 700 obstáculos à circulação, incluindo, além dos postos de controlo, valas e morros em terra ou pedra, barricadas, barreiras rodoviárias, cancelas. Esta rede complexa de obstáculos permite ao exército de ocupação impor, em qualquer momento, bloqueios sobre povoações inteiras, que se prolongam, por vezes, por longos períodos de tempo, como bem recentemente se verificou em Jenin e Nablus.

1.3. As demolições e ordens de expulsão são uma ameaça diária

O avanço da colonização sionista é concomitante com a multiplicação das ordens de demolição de casas da população palestina, às vezes, como no caso das comunidades beduínas do deserto de Naqab (Negev), envolvendo povoações inteiras. Com falsos pretextos administrativos, como punição colectiva contra famílias de militantes envolvidos em acções de resistência contra a ocupação, ou inseridas em processos de reordenamento do território destinados a promover a judaização total da Palestina e a desarticulação do tecido social palestino, concentradas sobretudo em Jerusalém Oriental e na chamada zona C, as demolições e ordens de expulsão são uma ameaça diária. Entre 2018 e 2022, foram emitidas ordens de demolição visando, segundo dados das Nações Unidas, 3816 estruturas edificadas, afectando 4623 pessoas. Só este ano, já foram demolidas 154 estruturas, com prejuízo para 218 pessoas.

1.4. Violência, saque, destruição e esbulho acompanham ocupação colonial

A ocupação colonial da Palestina por Israel vem acompanhada da violência sobre as populações palestinas, do saque e destruição dos seus bens e do esbulho dos seus recursos naturais, com consequências devastadoras para a débil economia palestina.

Entre 2021 e 2022 o OCHA – Organismo de Coordenação para os Assuntos Humanitários da ONU – registou 991 ataques de colonos com vandalização ou roubo de propriedades palestinas (que incluem assaltos a casas e veículos, roubo e destruição de culturas e árvores de fruto, destruição de infra-estruturas) e 354 ataques pessoais, que causaram sete mortos e 481 feridos palestinos. Estes números não incluem as vítimas causadas pelo exército israelita, que frequentemente acompanha e protege as incursões de colonos.

Os pogroms de dia 26 de Fevereiro último, lançados por centenas de colonos sobre povoações na região de Nablus, de que resultou a morte de uma pessoa, ferimentos em cerca de 390, e a destruição pelo fogo de dezenas de habitações e carros, destacam-se pela extrema violência, mas são testemunho de uma prática quotidiana de agressão, insultos e intimidação.

A violência dos colonos é particularmente exacerbada na época das colheitas, em especial da azeitona, importante fonte de rendimento das famílias palestinas. Na última época, a B'Tselem documentou 48 casos de violência de colonos envolvendo destruição de oliveiras (21 casos), roubo das colheitas (18), agressões pessoais (13) e destruição de equipamento agrícola (37). Em 14 situações o exército estava presente, mas só em três delas defendeu os agricultores e em cinco juntou-se mesmo às acções dos colonos.

O Vale do Jordão representa quase 30% do total do território da Cisjordânia e é a sua área mais fértil e rica em recursos. Enquanto Israel promove a colonização e o desenvolvimento económico dos judeus israelitas no Vale do Jordão, impõe simultaneamente políticas que inviabilizam o desenvolvimento palestino e tornam cada vez mais difícil para os palestinos ali viverem. A população de palestinos que vivem no Vale do Jordão diminuiu de mais de 300 000, em 1967, para os actuais 55 000, enquanto a população dos colonos israelitas já se situa em 13 000 em 30 colonatos e 20 postos avançados. Para culminar este processo de anexação silenciosa, o deputado Danny Danon, do Likud, anunciou no mês passado estar a preparar uma lei para anexar *de jure* o Vale do Jordão.

Israel controla 97% das fontes de água e das infra-estruturas hídricas nos territórios palestinos ocupados e utiliza este facto como um instrumento adicional de opressão dos palestinos, que não podem construir qualquer nova instalação de água sem primeiro obterem uma (impossível) licença do exército israelita, além de lhes ser negado o acesso ao rio Jordão e às nascentes de água doce, e até mesmo as cisternas de recolha de água da chuva são frequentemente destruídas pelo exército. Enquanto isso, a companhia estatal israelita Mekorot montou as infra-estruturas que lhe permitem explorar as fontes de água palestinas, distribuí-la em Israel e nos colonatos e revendê-la aos palestinos, que chegam a ter de pagar 10 USD por metro cúbico.

O campo de gás natural Gaza Marine situa-se a 17 a 21 milhas da costa, quase totalmente dentro da jurisdição marítima palestina (20 milhas) atribuída pelos Acordos de Oslo. No entanto, os palestinos nunca colheram qualquer benefício desse recurso. Depois do bloqueio iniciado em 2007, o governo israelita estabeleceu um controlo de facto sobre as reservas de gás natural de Gaza. Alegadamente por pressão europeia, que procura alternativas ao gás russo, os egípcios têm pressionado Israel para iniciar a

exploração do Gaza Marine, e o Washington Post avançou em Dezembro passado que haveria um entendimento entre Israel, o Egipto, a Autoridade Palestina e o Hamas para se avançar com o projecto, que deveria estar concluído este mês para iniciar a produção em Março de 2024. No entanto, a história recente aconselha alguma prudência na contabilização dos benefícios para o povo palestino.

Israel também assumiu o controlo dos campos de petróleo e gás natural Meged, localizados dentro da Cisjordânia ocupada. Israel afirma que o campo se situa a oeste da linha de armistício de 1949, mas a maior parte do reservatório, estimada em 80%, está situada sob o território palestino ocupado desde 1967. A exploração de petróleo e gás iniciou-se em 2010, mas nenhum benefício decorreu daí para os palestinos.

1.5. O Muro de Apartheid é peça chave do processo de limpeza étnica

O Muro de Apartheid, que o Tribunal Internacional de Justiça, em 2004, considerou ilegal, continua a avançar, serpenteando por território palestino ocupado em 1967, isolando e dividindo povoações, cortando o seu acesso aos campos agrícolas e condicionando fortemente a mobilidade das populações, e constitui uma peça-chave na estratégia de colonização e limpeza étnica.

Nos últimos anos, o governo israelita tem investido na transformação de algumas das secções do traçado, substituindo o arame farpado por betão. O conjunto das estruturas construídas pelo governo de Israel – o Muro, a mancha de colonatos e respectivas zonas de exclusão, vias de comunicação e outras infra-estruturas de suporte, assim como zonas de exclusão militar – interditam o acesso de Palestinos a mais de 60% do território da Cisjordânia que as resoluções pertinentes das Nações Unidas atribuem ao futuro Estado da Palestina.

1.6. A Faixa de Gaza sem condições para suportar a vida humana

A situação humanitária em Gaza, depois que a ONU considerou aquele território insustentável para suportar a vida humana, é de uma gravidade extrema. As campanhas de bombardeamentos maciços de Novembro de 2018 e Maio de 2021 – a que haverá que somar o impacto de agressões de menor escala ocorridas em Março e Maio de 2019, em Abril de 2021, Agosto de 2022 e já no mês de Fevereiro, além das muitas centenas de mortos e dos milhares de feridos, deixaram milhares de pessoas desalojadas e provocaram um rasto de destruição que, somado aos efeitos de anteriores ataques de Israel, degradaram ainda mais as condições de vida no território.

Gaza vive há 16 anos sob um férreo, desumano e ilegal bloqueio. O sector da saúde está gravemente debilitado. O fornecimento de medicamentos essenciais está reduzido a 40% das necessidades, os consumíveis médicos em 32% e os laboratórios e bancos de sangue em 60%. A importação de dispositivos médicos críticos, como equipamentos de diagnóstico, bem como peças para reparação dos dispositivos existentes, é impedida por Israel. Em 2022, pelo menos 8 pessoas, entre elas três crianças, morreram em consequência da recusa ou do protelamento de autorização para a saída do território para tratamento médico.

O acesso à electricidade ronda em média, nos últimos anos, as 12 horas diárias. A taxa de desemprego situava-se, em 2022, em mais de 60 por cento. Mais de metade da população encontra-se em risco de insegurança alimentar e dependente da ajuda das Nações Unidas.

1.7. Discriminação dos cidadãos palestinos do Estado de Israel é apartheid

O agravamento da situação da população palestina não ocorre apenas na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental ou na Faixa de Gaza. Nos últimos anos, tem-se assistido ao agravamento das medidas discriminatórias, de carácter racista, contra os cidadãos palestinos do Estado de Israel. A aprovação da lei do Estado nação, em Julho de 2018, no Knessett (parlamento israelita), veio consagrar o quadro legislativo constitutivo do Estado de Israel, de segregação da população palestina.

A dura realidade vivida pelo povo palestino desde há gerações, nos limites do Estado de Israel e nos territórios ocupados em 1967, é hoje amplamente reconhecida pela generalidade das organizações de direitos humanos como um regime de apartheid análogo ao sistema que vigorou na África do Sul durante o governo de minoria branca. Até 2017, eram 65 as leis que discriminavam a população palestina em todas as esferas da vida social, designadamente nos direitos de cidadania e participação política, acesso à terra e à habitação, educação, cultura, língua, religião. O reforço dos partidos mais xenófobos e de extrema-direita no parlamento israelita só tem reforçado este quadro de segregação.

1.8. Repressão brutal e indiscriminada pelo exército israelita

O avanço diário do processo de limpeza étnica, assim como a imposição do sistema de apartheid, só é possível porque sustentado numa repressão massiva, diária, indiscriminada e brutal. Só durante o ano de 2022, foram mortas pelo exército israelita 231 pessoas, sendo a maioria (173) na Cisjordânia. Entretanto, o ano de 2023 promete ser ainda mais sangrento, já que, até ao fim de Fevereiro, segundo a agência Wafa, contabilizavam-se 66 vítimas mortais da acção do exército israelita, em muitos casos, em articulação com bandos de colonos.

Uma repressão, diga-se, que é indiscriminada, não poupa mulheres ou crianças, jornalistas ou pessoal médico. Uma organização de direitos humanos dedicada aos direitos das crianças, a Defense for Children International-Palestine, contabilizava, para o mesmo ano, 44 menores (entre os 12 e os 17 anos) assassinados. A notoriedade da jornalista Shireen Abu Akleh, e a circunstância de possuir cidadania americana, contribuiu para que o seu assassinato tivesse gerado uma onda de indignação em todo o mundo, ainda que isso não tivesse chegado para que os EUA condenassem o ocorrido ou, sequer, se comprometessem com a exigência de uma investigação independente e consequente do sucedido.

Mas, por bárbaro que o tenha sido, o assassinato daquela jornalista constitui, apenas, a face visível de uma prática consistente, por parte de Israel, de violência e intimidação sobre o trabalho dos jornalistas no terreno, na tentativa de ocultar do mundo os crimes praticados sobre a população palestina. Está ainda bem presente na memória de todos o bombardeamento, em Maio de 2021, do edifício em Gaza onde funcionavam os escritórios da Al Jazeera e de outras agências de informação palestinas e internacionais.

Além dos órgãos de comunicação social, também as organizações de direitos humanos que, na Palestina e em Israel, denunciam as práticas criminosas israelitas são alvo da repressão do exército israelita, que assalta e encerra os seus escritórios sob ridículas acusações de actividades terroristas que nunca foram demonstradas. Em Outubro de 2021, seis organizações palestinas de direitos humanos que trabalham regularmente com as Nações Unidas – Addameer, Associação de Direitos Humanos e de Apoio aos Presos,

Al-Haq, Center Bisan para a Investigação e o Desenvolvimento, a Defense for Children International-Palestine, a União dos Comitês de Trabalho Agrícola e a União dos Comitês de Mulheres Palestinas, foram classificadas pelo governo de Israel como organizações terroristas e, já no ano transacto, os escritórios dessas organizações na Cisjordânia, a que acresce o Centro Palestino para os Direitos Humanos, foram encerrados numa acção violenta do exército israelita.

1.9. A situação dos presos palestinos requer particular atenção

A situação dos presos palestinos justifica particular atenção. Durante o ano de 2022, cerca de 7000 palestinos passaram pelas prisões de Israel. Só em Abril, foram presas 1228 pessoas. Na sua maioria, as prisões têm visado os palestinos de Jerusalém Oriental (mais de 3 mil prisões, incluindo cerca de 600 no próprio domicílio). Entre os cerca de 100 palestinos de Gaza que foram presos, contam-se 64 pescadores, alvos constantes dos ataques das patrulhas do exército israelita que impõe o bloqueio àquele território pelo lado do mar.

No mesmo ano de 2022, Israel emitiu ou renovou um total de 2409 ordens de detenção administrativa. Dias após a tomada de posse do novo governo, cerca de 80 presos políticos palestinos, como Marwan Barghouti, foram transferidos das prisões onde estavam encarcerados, numa tentativa para quebrar a organização dos detidos palestinos dentro das prisões. Agravaram-se, ao mesmo tempo, as condições de detenção, com o isolamento de presos, a proibição de visitas e constantes buscas dentro das celas. Legislação recente aprovada no Knesset por larga maioria permitirá a retirada da cidadania e a deportação de palestinos presos sob a acusação de “terrorismo”, forma de Israel classificar todos os actos de resistência contra a ocupação.

Neste momento, segundo dados das organizações de direitos humanos que acompanham a situação dos presos palestinos, 4700 pessoas estão presas, incluindo 29 mulheres, 150 menores, 15 jornalistas e 5 membros do Conselho Legislativo Palestino (CLP). Desse conjunto de 4700 palestinos presos, 860 estão em detenção administrativa, contando-se, entre eles, 7 menores, duas mulheres e 2 membros do CLP. Entre os presos palestinos, contam-se 552 com penas de prisão perpétua (alguns com várias penas perpétuas cumulativas!); 330 levam mais de 20 anos na prisão. Durante o ano de 2022, 70 prisioneiros palestinos foram colocados em regime de isolamento e 40 mantêm-se ainda nessa situação. O número de presos doentes eleva-se a cerca de 600, dos quais 200 com doenças crónicas, incluindo 24 com doença oncológica ou outra patologia grave.

A violência e brutalidade do sistema prisional israelita não tem sido capaz, ainda assim, de quebrar a resistência e a luta dos presos políticos palestinos, nem mesmo a sua capacidade e iniciativa política. A jornada de desobediência que está em curso nas prisões de Israel, levada a cabo pelos resistentes palestinos presos, acompanha as greves e protestos que varrem as cidades e aldeias da Cisjordânia, incluindo em Jerusalém Oriental, contra a onda repressiva promovida pelo governo de Israel.

1.10. Situação dos refugiados palestinos sem solução à vista

Os refugiados situam-se no centro da definição da própria questão palestina. Eles constituem, ao mesmo tempo, a memória viva da Nakba e o testemunho da responsabilidade da comunidade internacional com

a solução política para o problema. Segundo dados das Nações Unidas, a população palestina refugiada totaliza hoje mais de 6,5 milhões de pessoas. Dispersa um pouco por todo o mundo, é dentro da própria Palestina e nos países limítrofes que se encontram os principais núcleos. Mais de 2,8 milhões de pessoas vivem nos territórios palestinos ocupados em 1967, sendo que 60% deste número (mais de 1,71 milhões) está concentrada na Faixa de Gaza. Dos países limítrofes, é a Jordânia que concentra o maior número de palestinos refugiados – cerca de 2,5 milhões de pessoas –, seguindo-se a Síria (mais de 667 mil) e o Líbano (cerca de 550 mil).

Na sua esmagadora maioria, esta população vive nos 58 campos de refugiados oficiais e a sua sobrevivência depende, em larga medida, para serviços básicos, do trabalho da agência das Nações Unidas para os refugiados palestinos (UNRWA). Durante o ano de 2020/2021, a UNRWA tinha em funcionamento 718 escolas e centros de formação profissional que eram frequentados por perto de 550 mil crianças e jovens. Em 2021, os serviços de saúde da agência prestaram mais de 5,7 milhões de consultas médicas. Em todas as guerras travadas na região, do Iraque à Síria, passando pelo Líbano, os refugiados palestinos sempre se têm encontrado entre as primeiras vítimas.

Por esta razão, a UNRWA tem estado sob ataque cerrado por parte de Israel e dos seus aliados, com destaque para os EUA. Durante a administração Trump, os EUA cortaram a sua contribuição financeira para o orçamento da UNRWA. Com Biden na presidência, os EUA retomaram uma parte da sua contribuição, mas as ameaças à actividade e ao próprio estatuto da UNRWA mantêm-se. No Senado dos EUA está em discussão uma proposta que, além de suspender o financiamento dos EUA à UNRWA, visa rever a própria definição do refugiado palestino, limitando o reconhecimento desse estatuto à esposa dos que viviam na Palestina entre Junho de 1946 e Maio de 1948 e aos filhos que, à época, fossem menores. A ser aprovada, a proposta determinará o condicionamento do financiamento dos EUA à avaliação pelo Departamento de Estado norte-americano sobre o alegado pendor anti-americano, anti-israelita e anti-semítico da actividade da UNRWA dos seus funcionários ou empresas contratadas.

Por seu lado, a Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, em 2021, reteve 20 milhões do contributo anual da União Europeia com o pretexto de que os *curricula* das escolas da UNRWA promoviam a violência. E já em 2022, e sob a mesma infundada alegação, o Comissário Europeu Olivér Várhelyi defendeu a revisão do contributo da União Europeia para o orçamento da UNRWA. Os cortes sucessivos no financiamento têm limitado de forma grave o âmbito das actividades da UNRWA e gerado insatisfação entre a população palestina. Além do apoio directo prestado, a UNRWA emprega, só nos territórios ocupados em 1967, mais de 16 mil pessoas, que têm visto as suas condições de trabalho seriamente ameaçadas.

O ataque contra o estatuto e a actividade da UNRWA é uma frente da ofensiva mais vasta contra a causa palestina e que visa, em particular, apagar as responsabilidades que, acerca da matéria, pesam sobre a comunidade internacional, através da Organização das Nações Unidas.

1.11. Israel é uma ameaça permanente à paz no Médio Oriente e noutras regiões

Para além da ocupação da Palestina, da colonização e limpeza étnica do seu território, Israel prossegue uma política agressiva contra diferentes Estados, constituindo uma ameaça permanente à paz e à estabilidade da região.

A continuada ocupação e anexação dos montes Golã, território da Síria, os bombardeamentos frequentes e a ingerência nos assuntos internos daquele país, assim como do Líbano, os actos de hostilidade e os planos confessados para uma agressão de grande envergadura contra o Irão são, em si mesmos, actos de guerra que podem conduzir à deflagração de um conflito de grandes proporções na região, com consequências imprevisíveis para a paz mundial.

Mas a acção desestabilizadora e provocatória de Israel não se limita ao Mediterrâneo Oriental. Dos Estados Unidos até ao centro da Europa, passando pela América Latina, o sionismo é hoje, como foi no passado, um aliado fundamental das forças mais reaccionárias e fascizantes que, em muitos países desses continentes, controlam o poder ou se abeiram dele de forma perigosa. A somar ao escândalo relacionado com o software de espionagem Pegasus, desenvolvido por uma empresa israelita e utilizado para operações de espionagem não apenas sobre organizações de defesa dos direitos palestinos, mas igualmente sobre dirigentes políticos um pouco por todo o mundo, notícias publicadas há poucos dias dão conta do envolvimento de uma outra empresa de Israel em operações de desestabilização e interferência em processos eleitorais de cerca de uma trintena de países em África, América central e do Sul e Europa e nos Estados Unidos da América.

Além do mais, Israel é o único país do Médio Oriente que tem armas nucleares, um segredo mal guardado que os Estados Unidos se comprometeram a não desvendar. Isso é nomeadamente referido numa carta publicada no *Guardian* pelo Arcebispo Desmond Tutu (31 de Dezembro de 2020) em que revela que Israel se ofereceu para vender as armas nucleares ao regime do apartheid na África do Sul, nos anos 70, e até conduziu um teste nuclear conjunto. A causa da paz no Médio Oriente exige a declaração de toda a região como zona livre de armas nucleares, desiderato que requer, como passo primeiro e necessário, a fiscalização do arsenal de Israel, o único país que possui esse tipo de armamento na zona, e a sua consequente desnuclearização.

1.12. Médio Oriente, uma situação complexa e fluída, e o perigo de guerra constante

Nos últimos anos, a situação na região médio-oriental continua a caracterizar-se pela sua complexidade e fluidez, com desenvolvimentos contraditórios, mas em que avulta como traço marcante o prosseguimento das ingerências e agressões de potências imperialistas.

Na Síria, com um quadro ainda frágil, mantém-se a ocupação militar de vastas áreas do território por parte dos EUA e de forças ao seu serviço, apesar da derrota da tentativa de fragmentação e destruição do país, verificando-se uma progressiva normalização das relações com outros países árabes.

No Iémen, a agressão da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos não alcançou o êxito esperado, ainda que tarde um acordo de paz que ponha fim a treze anos de uma guerra ignorada pelos grandes meios de comunicação social, mas com um impacto devastador sobre a população.

O Irão permanece na mira dos Estados Unidos e de Israel e tem sido alvo frequente de agressões de que é exemplo o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani e o bombardeamento ocorrido já este ano em Isfahan, uma cidade no centro do país. Apesar disso, observa-se uma relativa normalização das relações com países da região.

É negativa, entretanto, a celebração, sob a égide estado-unidense, dos Acordos de Abraão, e bem assim movimentos mais ocultos para o estabelecimentos de relações entre países da região e o estado sionista; porém, tal tendência é contrariada e contida pela solidariedade dos povos com a causa do povo da Palestina.

Os indícios de “descolamento” da tutela estado-unidense – com a aproximação aos BRICS e à Organização de Cooperação de Shanghai, a recusa de alinhamento quanto à questão da Ucrânia e o início de trocas comerciais em moedas que não o dólar – são de acompanhar com atenção, até pelas suas implicações à escala mundial.

2. Sobre a posição da comunidade internacional

2.1. Cresce a denúncia dos crimes de Israel e a exigência da sua investigação e responsabilização.

O quadro aqui traçado, verdadeiramente dramático, é do conhecimento de governos e organizações internacionais e tem sido amplamente denunciado por organizações de direitos humanos. Traduz uma atitude sistemática de desrespeito de direitos humanos elementares, mas igualmente de violentação e confronto com a legalidade internacional. A resistência do povo palestino, o trabalho persistente das suas organizações representativas, o esforço conjugado do movimento de solidariedade um pouco por todo o mundo, tem conseguido colocar na agenda a denúncia dos crimes de Israel e a exigência da sua investigação e responsabilização.

Na sessão da Assembleia Geral da ONU de 2022, em 30 de Dezembro, uma maioria larga de países impôs a aprovação de uma resolução solicitando do Tribunal Internacional de Justiça um pronunciamento sobre «as consequências jurídicas decorrentes da violação contínua por Israel do direito do povo palestino à autodeterminação, da sua prolongada ocupação, colonização e anexação do território palestino ocupado desde 1967, incluindo as medidas destinadas a alterar a composição demográfica, o carácter e o estatuto da Cidade Santa de Jerusalém, e da sua adopção de legislação e medidas discriminatórias conexas».

Já antes, desde 2019, o Tribunal Penal Internacional tem em curso uma investigação sobre crimes praticados na Palestina ocupada em 1967, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza.

Mais recentemente, várias organizações de direitos humanos, incluindo a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch, têm ajustado a sua leitura dos acontecimentos na Palestina à visão que há décadas é defendida por organizações palestinas, publicando relatórios em que classificam a política de Israel em relação ao povo palestino como “apartheid”.

Também na última sessão da Assembleia Geral da ONU foi aprovada uma resolução, recomendando à Divisão para os Direitos Palestinos constituída junto do Comité para o Exercício Inalienável dos Direitos do Povo Palestino que dedicasse o ano de 2023 à comemoração do 75.º aniversário da Nakba.

2.2. Posição dos Estados Unidos não se alterou com a eleição de Biden

Apesar destas importantes vitórias no campo diplomático, resultado antes de mais da luta heróica do povo palestino e que traduzem um crescente isolamento internacional de Israel, é forçoso reconhecer que o sionismo continua a contar com largos apoios e cumplicidades, desde logo da parte dos EUA e da União Europeia, mas igualmente entre os Estados árabes.

Dois anos decorridos depois da tomada de posse do presidente dos EUA Biden, mantêm-se intactas todas as medidas tomadas pela administração Trump relativamente à questão palestina e, em geral, ao Mediterrâneo Oriental, a saber: a transferência da embaixada dos EUA para Jerusalém e o reconhecimento da cidade como capital de Israel, a legalização dos colonatos e o reconhecimento da anexação dos montes Golã sírios.

A tomada de posse de um novo governo em Israel não alterou em nada estas posições dos EUA, que foram reafirmadas na visita recente à região do Secretário de Estado, Antony Blinken. De tal modo que, há bem poucos dias, o porta-voz do Departamento de Estado, no habitual encontro com a imprensa se recusou, reiteradamente, a usar a expressão “territórios ocupados” para se referir aos territórios palestinos ocupados em 1967.

Em conformidade com a total cobertura política e apoio diplomático a Israel, os EUA têm intensificado a cooperação militar com Israel, que se desenrola no quadro do acordo assinado entre os dois países ainda durante a administração Obama, de volume e dimensão sem precedentes. Já este ano, realizou-se um importante exercício militar conjunto EUA-Israel, designado Juniper Oak 23.2, envolvendo porta-aviões, várias classes de caças da força aérea de ambos os países e bombardeiros com capacidade nuclear. Ainda neste capítulo, é igualmente relevante que, na estrutura operacional das forças militares norte-americanas, as relações com Israel tenham sido transferidas do Comando Europeu (EUCOM) para o Comando Central (CENTCOM), reforçando ainda mais o vínculo militar entre os dois países.

Ainda que haja sinais de discórdia em sectores do lobby sionista nos EUA em relação às intenções do governo de Netanyahu de limitar o alcance da intervenção do poder judicial sobre as decisões do poder executivo, tal não parece suficiente para alterar a aliança estratégica entre os dois países, como foi evidente na recente deslocação de Blinken. Ademais, a inversão da política de Israel em relação à guerra na Ucrânia, no sentido de uma participação no esforço de guerra dos EUA e da NATO no apoio à Ucrânia – ao invés do esforço de mediação ensaiada pelo anterior primeiro-ministro, Naftali Bennett, tenderá a apaziguar hipotéticas divergências e a reforçar o apoio a Israel.

2.3. Normalização das relações de Israel com países árabes e islâmicos sem o sucesso pretendido pelos EUA

Vai no mesmo sentido o estímulo dado pelos EUA ao processo de normalização das relações diplomáticas de Israel com várias monarquias árabes no seguimento dos chamados acordos de Abraão, assinados

também durante a administração Trump. Nesse quadro, vários países árabes, com destaque para os Emirados Árabes Unidos, o Barém e Marrocos, restabeleceram relações diplomáticas e têm intensificação a cooperação política e económica com Israel.

Esse processo, visando normalizar o Estado de Israel por via do estabelecimento de relações diplomáticas e económicas com países árabes ou de maioria islâmica, tem enfrentado, no entanto, resistências em muitos países, a que não será alheio o sentimento profundo de solidariedade popular em todo o mundo árabe com a causa palestina, vincado de forma bem expressiva durante a realização recente do Campeonato do Mundo de Futebol, no Catar.

É o caso, significativamente, da Arábia Saudita, que, pese embora alguns sinais no sentido de uma aproximação de interesses, mantém reservas relativamente ao estabelecimento pleno de relações diplomáticas entre os dois países. Aliás, a possibilidade admitida por altos responsáveis da Arábia Saudita, mas também do Catar, de poderem vir a negociar o petróleo em outras moedas que não o dólar, a concretizar-se, terá profundas repercussões no equilíbrio estratégico em toda a região do Médio Oriente.

No mesmo sentido, também o Sudão, subscrevendo embora a declaração dos Acordos de Abraão, tem-se recusado a subscrever o acordo bilateral com Israel. Israel, aliás, tem investido fortemente no aprofundamento das suas relações com o continente africano, tendo obtido, em 2021, o estatuto de observador junto da União Africana (UA), objectivo que perseguia há longo tempo. Ainda assim, a acção determinada de Estados como a Argélia e a África do Sul conseguiram impor, no ano seguinte, a suspensão dessa medida.

O esforço dos EUA para promover a normalização de relações diplomáticas e comerciais dos Estados árabes ou de maioria muçulmana com Israel tem sido acompanhado por uma agressividade crescente sobre os países que recusam naturalizar a política agressiva daquele país e a limpeza étnica do povo palestino por ele promovida.

2.4. Apoio da União Europeia apesar dos crimes e violações cometidos por Israel

Da mesma forma, Israel continua a gozar de amplos apoios em vários países europeus e na própria União Europeia, que nem a integração no Governo de Israel de forças abertamente xenófobas e fascizantes veio esfriar. Avulta, neste particular, o estatuto de privilégio de que Israel continua a gozar nas relações com a União Europeia e em especial no acesso a fundos europeus, sabendo-se que muitos deles são de dupla utilização, isto é, financiam projectos civis e têm aplicações militares, algumas delas utilizadas na repressão da resistência palestina.

A União Europeia constitui o principal parceiro comercial de Israel, e essas relações só se têm reforçado nos últimos anos. Consequência disso, pese embora posições isoladas de alguns países, de denúncia dos crimes de Israel em relação ao povo palestino, no geral, a União Europeia tem apoiado a agenda de interesses de Israel, mesmo mantendo um discurso formal favorável à solução de dois Estados, cada vez mais vazia de conteúdo.

Não é compreensível que a União Europeia, que reconhece que os colonatos são ilegais, tarde em tomar medidas que interditem a aquisição de produtos dos colonatos e que penalizem as entidades que beneficiam economicamente de negócios nesses colonatos.

Essa tendência mantém-se, mesmo depois da tomada de posse do novo governo em Israel. Exemplo disso foi a declaração de Ursula von der Leyen, logo após a nomeação de Benjamin Netanyahu como primeiro-ministro, expressando a sua vontade de cooperar com o seu governo, em particular no Médio Oriente e quanto à guerra na Ucrânia, e sem fazer qualquer referência às reiteradas e amplamente documentadas violações dos direitos humanos e do direito internacional no tocante ao povo palestino.

Neste âmbito, reveste-se de particular gravidade a declaração recente de Josep Borrell, Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, ao classificar como “anti-semitismo” a acusação de que Israel pratica um regime de apartheid em relação ao povo palestino, consideração que é hoje partilhada até por organizações de direitos humanos em Israel, com destaque para o B’Tselem.

Tal afirmação é coerente com o caminho que vem sendo feito, em vários países europeus, no sentido da criminalização do movimento de solidariedade com o povo palestino e da opinião crítica em relação aos crimes do sionismo, conforme os governos de Israel vêm reclamando. Como se verificou na votação das resoluções atinentes à questão palestina e, em geral, à situação no Mediterrâneo Oriental, durante a última sessão da Assembleia Geral da ONU, as posições assumidas pela generalidade dos países europeus tendem a abandonar o imperativo da defesa dos direitos do povo palestino que o direito internacional impõe e a urgência da denúncia dos crimes diariamente cometidos por Israel exige.

2.5. Da falência dos Acordos de Oslo à ausência de genuínos processos de paz

No dia 13 de Setembro de 1993, foram assinados em Washington os documentos que resultaram do processo negocial, mediado pela Noruega e envolvendo o governo de Israel de então e a OLP, que ficaram conhecidos como Acordos de Oslo. Quase trinta anos decorridos sobre aquela data, e independentemente da avaliação política sobre o conteúdo, alcance e implicações desses acordos à data em que foram negociados, a realidade no terreno torna absolutamente evidente a falência desse processo.

Os acordos estabeleceram a criação de uma entidade designada como Autoridade Nacional Palestina (ANP) a quem foi entregue a responsabilidade de administração de parcelas do território palestino segundo um modelo em três zonas: zona A sob controlo total da ANP; zona B, sob controlo civil da ANP e controlo militar de Israel; zona C, sob controlo total de Israel. Previa-se que, durante um período transitório que deveria prolongar-se por cinco anos, seria discutido o estatuto final dos territórios, assim como as questões de Jerusalém, refugiados palestinos, colonatos israelitas, segurança e fronteiras. Até ao final de 2005, vários outros acordos foram assinados entre ambas as partes, sempre sob mediação dos EUA, que concretizam e desenvolvem aspectos do acordo de Oslo, mas sem adiantar compromissos sobre cada uma das cinco questões identificadas como fundamentais.

Na prática, o quadro criado pelos acordos de Oslo permitiu acelerar o processo de colonização sionista de toda a Palestina. Só na Cisjordânia, Jerusalém Oriental incluída, a população dos colonatos passou de pouco mais de 110 mil para perto de 700 mil pessoas. Os sucessivos governos de Israel, com geometria

política variável, protelaram o cumprimento das suas responsabilidades no âmbito dos acordos e agiram, objectivamente, contra o que aí se estipulava, violando frontalmente o estatuto e responsabilidades da ANP. Para que tal fosse possível, contaram com o apoio dos EUA, que, numa falsa posição de mediação, sempre favoreceram os interesses de Israel. No plano diplomático, aliás, a assinatura dos acordos de Oslo e o processo que se lhe seguiu promoveu o deslocamento da questão palestina do âmbito da Organização das Nações Unidas e do quadro normativo de referência constituído pelas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, colocando-a sob a alçada dos EUA, o que criou acrescidas dificuldades ao prosseguimento da luta pela afirmação dos direitos nacionais palestinos.

A falência dos acordos de Oslo criou uma realidade no terreno que actua como um espartilho sobre a sociedade palestina. A ANP, sempre dependente de financiamento externo e da vontade de Israel de libertar os fundos provenientes dos impostos que arrecada dos cidadãos palestinos, está fortemente limitada na sua liberdade de acção e na capacidade de iniciativa e decisão política. Trinta anos decorridos, constata-se a ausência de qualquer processo negocial tendente à resolução da questão palestina, enquanto os EUA continuam a bloquear todas as iniciativas no sentido de recolocar o assunto no centro da agenda das Nações Unidas, onde, aliás, ela foi gerada. O impasse é aproveitado diariamente por Israel para intensificar a colonização e acelerar a limpeza étnica, levando adiante a anexação total da Palestina, através da alteração da demografia do território e da construção de estruturas que transformam a realidade física da paisagem.

3. Sobre a resistência palestina e a solidariedade internacional

3.1. O povo palestino continua a resistir com dignidade e heroísmo

Num quadro internacional crescentemente desfavorável, a resistência do povo palestino reforça-se e renova-se a cada momento. Persistem, é certo, divisões entre as diferentes forças que compõem a resistência nacional palestina e que são exploradas e ampliadas por Israel e os seus aliados.

O bloqueamento do processo político, os impasses no processo de reconstituição da OLP como casa de todas as forças do movimento nacional palestino e as dificuldades em concretizar as decisões tomadas nos seus órgãos próprios limitam o alcance de êxitos diplomáticos relevantes como os que foram atrás referenciados.

Mesmo assim, o povo palestino, na sua luta diária pelo direito à liberdade, continua a resistir, dando mostras de uma dignidade, de um heroísmo e determinação, de uma criatividade e combatividade singulares. Uma resistência que não se rende nem se resigna, que se expressa de múltiplas formas, incluindo por via armada, mesmo se o preço a pagar é, cada dia, mais doloroso e insuportável. Na luta contra o roubo de terras e a destruição de casas, contra o muro de segregação e o avanço dos colonatos forja-se a unidade popular que é o cimento e a esperança da vitória da causa palestina.

3.2. Corajosa Grande Marcha do Retorno reprimida com inaudita brutalidade

A Grande Marcha do Retorno constitui disso um exemplo notável. Entre os dias 30 de Março de 2018 e 27 de Dezembro de 2019, todas as sextas-feiras, milhares de homens e mulheres, gente de todas as idades, jovens em particular, encarcerados nessa gigantesca prisão a céu aberto em que está transformada a Faixa

de Gaza, confrontaram a máquina de guerra de Israel armados apenas com os seus corpos, a sua voz e a determinação em não aceitar um futuro de humilhação e opróbrio e em reclamar o seu direito inalienável a regressar às terras de onde os seus pais e avós foram expulsos, há mais de sete décadas, na sequência de violenta campanha de limpeza étnica meticulosamente planeada e concretizada.

O balanço trágico de mais de 220 mortos e para cima de 8000 feridos vitimados por fogo real, dos quais mais de seis mil resultaram em incapacidades para toda a vida, dá conta do grau de brutalidade com que a máquina de guerra de Israel respondeu aos protestos legítimos e pacíficos da população palestina daquele território e que mereceu generalizada censura da parte de organismos das Nações Unidas e de organizações de direitos humanos.

3.3. Revolta popular de Maio de 2021 demonstra vitalidade da causa nacional palestina

Mais recentemente, em Maio de 2021, o levantamento popular que se verificou em toda a Palestina, do mar Mediterrâneo ao rio Jordão, tornou evidente que, setenta e cinco anos após a Nakba, os filhos, netos e bisnetos da geração que viveu o pesadelo da catástrofe não esqueceram e mantém viva a esperança numa Palestina unida, livre e soberana.

Desencadeada na sequência da invasão violenta do recinto da Esplanada das Mesquitas pelas forças de ocupação israelitas, por ocasião da chamada Marcha das Bandeiras – um acto provocatório anual que assinala a ocupação total de Jerusalém pelo exército de Israel em 1967 –, o protesto uniu todo o povo palestino de Gaza a Lydda, dentro das fronteiras de 1949 do Estado de Israel, passando por toda a Cisjordânia, e veio confirmar a centralidade de Jerusalém para a causa palestina.

Tal como então ocorreu, sucedem-se as ameaças sobre a população palestina de bairros como Sheik Jarrah e Silwan, assim como as incursões de grupos, às vezes numerosos, de judeus fundamentalistas na Esplanada das Mesquitas, em violação das disposições internacionais que regulam o funcionamento daquele lugar. A revolta popular confirmou o profundo enraizamento da causa nacional palestina entre as novas gerações e a força indestrutível da sua luta organizada.

3.4. Quem cala os crimes de Israel não tem autoridade moral para condenar as acções armadas de resistência

A resistência do povo palestino trava-se em todas as frentes, contra as medidas punitivas do exército israelita, as humilhações nos postos de controlo do exército israelita, as ordens de despejo e demolições, pelo direito a pescar em liberdade no mar de Gaza, na defesa das árvores e campos de cultivo, contra a violência dos colonos, actuando impunemente com a protecção do exército de ocupação, contra o roubo de terras, o avanço dos colonatos e do muro de segregação, afirmando a sua identidade cultural, a sua indissolúvel e milenar ligação à terra, o seu direito ao retorno às terras e casas de onde foram expulsos violentamente, pelo direito à educação, na defesa dos seus valores e do direito a viver em paz e liberdade nas fronteiras de um Estado soberano, viável, livre e independente, com Jerusalém Oriental como capital.

Uma resistência maioritariamente pacífica que sempre se confronta com a repressão mais brutal e maciça. Regista-se, entretanto, um número crescente de acções violentas e o surgimento de novos grupos organizados, reclamando a autoria de ataques contra as forças de ocupação e os colonatos.

O desenvolvimento de tais acções é consequência directa da actuação repressiva de Israel, da contínua política de limpeza étnica do povo palestino e da ausência de perspectiva que uma solução política possa, a breve trecho, consagrar, de maneira justa e conforme com o direito internacional, as reivindicações históricas da causa nacional do povo palestino e que o direito internacional e as resoluções das Nações Unidas protegem.

Quem cala os crimes de Israel, quem é conivente com a sua política, quem se demite da responsabilidade de condenar as inúmeras violações do direito internacional, quem se demite de apoiar os apelos das organizações e do movimento popular palestino, não tem autoridade moral para condenar as acções armadas de resistência. O direito a resistir, de fazer frente à injustiça, é inalienável, como é irrenunciável o direito de cada povo tomar nas suas mãos o seu destino, determinando, em cada momento, as formas de o alcançar.

3.5. A unidade da resistência palestina é uma necessidade urgente

Na situação internacional complexa e instável que se atravessa, ante o colossal desequilíbrio de forças, a unidade da resistência nacional palestina aparece como uma necessidade imperiosa e um factor determinante para dar confiança e fazer avançar a sua luta.

No respeito pela autonomia do processo político palestino e rejeitando todas as formas de ingerência nas suas decisões, afigura-se imperioso o reforço da OLP como instância de representação política do povo palestino, na pluralidade das suas expressões, e na afirmação e promoção da sua causa nacional.

3.6. Os movimentos de solidariedade com o povo palestino têm responsabilidades acrescidas

De igual modo, colocam-se grandes exigências à acção dos movimentos de solidariedade com a causa do povo palestino.

É imperioso reforçar a denúncia dos crimes do sionismo, a divulgação e esclarecimento sobre as razões fundas da luta do povo palestino, em todas as suas frentes, das cidades às aldeias, nas prisões e nos campos de refugiados, nas escolas e nos campos, assim como a exigência para que, em cada país, os governos adoptem uma política consistente favorável à realização dos direitos inalienáveis do povo palestino. As acções de boicote, desinvestimento e sanções, em particular quando envolvem directamente responsáveis políticos, instituições e agências governamentais ou ligadas ao complexo militar e de segurança de Israel, interesses económicos e comerciais e a empresa de colonização dos territórios palestinos ocupados em 1967, têm-se revelado um instrumento poderoso de intervenção política no sentido do crescente isolamento internacional de Israel.

As pressões do sionismo um pouco por todo o mundo para que os governos criminalizem a acção solidária com a causa palestina — muitas vezes sob o pretexto de «anti-semitismo» e invocando a falaciosa definição da IHRA (International Holocaust Remembrance Alliance) — reflectem o dano que a actividade dos movimentos de solidariedade provoca nos seus intentos e evidenciam o contributo fundamental e insubstituível da solidariedade internacional para a luta do povo palestino pela concretização dos seus direitos políticos nacionais.

3.7. Os governos de Portugal não interpretam o sentimento popular de solidariedade com o povo palestino

Em Portugal, o MPPM tem dado uma contribuição valiosa para o reforço da solidariedade com a causa palestina, afirmando-se como a voz mais consistente, constante e determinada na defesa dos direitos inalienáveis daquele povo.

Há, em Portugal, um genuíno sentimento de solidariedade com o povo palestino e com as razões da sua luta a que importa dar uma expressão organizada cada vez mais ampla e vibrante. Infelizmente, tal simpatia não tem tido correspondência na acção dos governos e, em geral, das instituições nacionais, tal como o exigia o próprio texto constitucional.

Os sucessivos governos tardam em dar o passo decisivo no sentido do reconhecimento do Estado da Palestina, conforme recomendação aprovada pela Assembleia da República em 2014. Invocam para tal um consenso europeu que, em outros casos da vida internacional, dispensam.

Ainda que, nas votações na Assembleia Geral da ONU, Portugal venha assumindo posições positivas em defesa dos direitos do povo palestino, a verdade é que tal conduta se mostra destituída de significado quando não é acompanhada por gestos políticos concretos.

Não é possível afirmar a defesa da solução de dois Estados se, no concreto, apenas se reconhece um deles. Não é possível defender o primado da legalidade internacional e, ao mesmo tempo, ser complacente com as violações de direitos humanos nos territórios palestinos ocupados. A mesma intransigência expressa na apreciação dos casos de violação do direito internacional e de exigência de julgamento dos seus responsáveis é requerida em relação à política de Israel de desafio às múltiplas resoluções dos vários órgãos da ONU, com destaque para o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral, sob pena de tudo não passar de um exercício dúplice de hipocrisia.

3.8. O MPPM exige do governo de Portugal que cumpra a sua obrigação, denunciar os crimes de Israel e reforçar a solidariedade com o povo palestino

No ano em que se assinala o 75.º aniversário da Nakba, reclamar do Governo português o reconhecimento do Estado da Palestina e uma política coerente e determinada solidária com o povo palestino e que responsabilize Israel pelos seus crimes deve constituir a prioridade do movimento de solidariedade com esta causa.

Tal objectivo deve ser acompanhado de um esforço persistente de denúncia dos crimes do sionismo e de defesa, esclarecimento e afirmação sobre a justeza da causa palestina.

Para tanto, impõe-se dinamizar a solidariedade em todos os espaços, das escolas às colectividades, locais de trabalho e organizações locais, mas também nas plataformas digitais.

É necessário reforçar as estruturas organizativas do MPPM e alargar a sua presença regional. A consciência solidária constrói-se nas pequenas e nas grandes iniciativas, nos eventos de âmbito nacional e nas pequenas acções locais.

A causa do povo palestino interpela todos e todas, cada um e cada uma. Ela é uma componente maior da luta que se trava hoje, em defesa da liberdade e da paz, a que ninguém pode ser indiferente. Todos e todas são chamados a dar a sua contribuição.

Lisboa, 6 de Março de 2023